

A EXPANSÃO DA PREPOSIÇÃO PARA NAS DITRANSITIVAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: A PERSPECTIVA DO MODELO DE TRÊS FATORES

THE EXPANSION OF THE PREPOSITION PARA IN DITRANSITIVE SENTENCES
IN BRAZILIAN PORTUGUESE: THE PERSPECTIVE OF THE THREE
FACTORS MODEL

Ana Calindro | [Lattes](#) | anacalindro@letras.ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Aparecida Torres Morais | [Lattes](#) | torres.mariacida@gmail.com

Universidade de São Paulo/CNPq

Resumo: O percurso histórico do português brasileiro (PB), comparado ao do português europeu (PE), revela inovações na expressão morfossintática do objeto indireto (OI) nas estruturas ditransitivas. (i) Substituição do *a* - marcador de caso dativo- pela preposição *para*- ‘O Pedro deu um celular à namorada/*para a namorada*. (ii) Substituição dos clíticos dativos de 3ª pessoa, *lhe/lhes*, pelas formas oblíquas *ele(s)*, *ela(s)*, introduzidos por *a/para* - ‘O Pedro deu-*lhe* um celular/ deu um celular *a/para ela*’. O objetivo principal deste estudo é apresentar uma abordagem dessas inovações com base no quadro formal da sintaxe, delineado no Modelo dos Três Fatores (Chomsky, 2005), o qual implica uma visão minimalista da Faculdade da Linguagem (Fator 1), o *input* (Fator 2), e aspectos cognitivos gerais (Fator 3). Em particular, assumimos o modelo de aquisição denominado *Maximize Meios Mínimos* (MMM) (Biberauer, 2018, 2019a, 2019b), com os seguintes efeitos linguísticos na abordagem do *input*: (i) Economia de traços – postule o menor número possível de traços formais; (ii) Generalização do Input - aproveite ao máximo os traços formais disponíveis (Roberts, 2007; Roberts e Roussou 2003; Biberauer e Roberts (2017). Nessa perspectiva, a nossa hipótese é a de que, no percurso de aquisição das variedades do PB, os falantes manifestaram um “viés cognitivo”, ou seja, um padrão de *sobregeneralização* do *input*, o qual, sem o efeito da retração, impossibilitada pela perda das marcas casuais dativas, resultou no uso generalizado da preposição *para* como introduzora do argumento recipiente/beneficiário nas estruturas ditransitivas.

Palavras-chave: Objeto indireto. Estrutura ditransitiva. Português brasileiro. Modelo dos três fatores. Aquisição, variação e mudança.

Abstract: Synchronic and diachronic corpora show that, when compared to European Portuguese, Brazilian Portuguese displays two innovative properties regarding the morphosyntactic realization of the indirect object in ditransitive sentences. In its nominal expression, the preposition *a* - a case marker - is replaced by the preposition *para* – O Pedro deu um celular *à* namorada / *para* a namorada. ‘Pedro gave *his girlfriend* a cell phone / a cell phone *to his girlfriend*’. In its 3rd person pronominal expression, the dative clitics *lhe/lhes* are replaced by the oblique pronouns *ele(s)*, *ela(s)*, introduced by prepositions *a/para* – O Pedro deu-*lhe* um celular/ deu um celular *a/para* *ela*. ‘Pedro gave *her* a cell phone/gave a cell phone *to her*’. The aim of this paper is to present a proposal for understanding the following question: Why BP speakers, during the centuries of its expansion in Brazil, have converged to a grammatical system divergent from the linguistic input provided by the Portuguese speakers? Our answer is based on a minimalist approach to acquisition, variation and change as outlined in the Three Factors model (Chomsky, 2005), highlighting the input (Factor 2), and the general cognitive aspects related to the speaker’s interaction with the linguistic input (Factor 3). We assume, based on Roberts (2007), Roberts and Roussou (2003), and Biberauer and Roberts (2017), two linguistic effects of a cognitive bias, named Maximize Minimal Means (MMM) (Biberauer (2018, 2019a, 2019b): (i) *Feature economy* - Postulate the fewest number of formal features. (ii) *Input Generalization* - Make the most out of the available features. In this perspective, our hypothesis is that, during the acquisition of the Brazilian Portuguese, occurs a process of overgeneralization in the use of the preposition *para* to introduce the indirect object recipient/benefactive in the context of ditransitive verbs.

Keywords: Indirect Object. Ditransitive structures. Brazilian Portuguese. Three Factors Model. Acquisition, variation and change.

Introdução

Estudos sobre a sintaxe diacrônica do português europeu (PE) e do português brasileiro (PB) identificam, ao longo do século XVIII, “pontos de inflexão” nos seus sistemas gramaticais. Com relação ao PE, observou-se uma maior produtividade de certos fenômenos sintáticos, tais como a colocação enclítica dos pronomes átonos na ausência de atratores de próclise (cf. Martins, 2002, 2016) e a posição pré-verbal do sujeito nas sentenças transitivas, configurando a ordem SVO não-marcada. Segundo alguns autores, o século XVIII representaria o final do português clássico e o início do PE (Galves, 2007, 2020, entre outros).

Da mesma forma, os dados provenientes dos *corpora* produzidos por autores brasileiros do século XVIII e, mais especificamente, do século XIX, permitem, entrever rumos distintos da gramática brasileira, desenvolvendo características próprias. Em particular, tem-se enfatizado as marcantes alterações no quadro dos pronomes pessoais e dos pronomes possessivos, com profundas consequências de natureza morfossintática e semântica. Destacam-se igualmente as mudanças na colocação dos pronomes clíticos, uma vez que a gramática brasileira passa a revelar nos textos uma próclise generalizada, independente de condicionamentos sintáticos (cf. entre muitas outras obras, artigos, dissertações e teses, Wetzels, Costa e Menuzzi, 2016; Roberts e Kato, 2018; Galves, Torres Morais, Ribeiro, 2005; Galves, Kato e Roberts, 2019; Kato, Martins e Nunes, 2023; Calindro, Alves, Martins, 2024). Vale ressaltar ainda que, durante o período colonial, entre os séculos XVI e XIX, o Brasil era um país acentuadamente plurilíngue pelo contato entre os portugueses, povos originários e africanos.

Considerando um cenário externo de efervescência multicultural e multilinguística, este estudo se dedica à discussão de estratégias gramaticais inovadoras na codificação do argumento dativo/objeto indireto (OI), as quais revelam um interessante processo diacrônico na história do PB, amplamente documentado nos bancos de dados, durante os séculos XVIII, XIX e XX, até chegar às variedades sincrônicas, coloquiais e formais, da fala e da escrita. Destacaremos duas delas, expressas na realização morfossintática do OI, na sua expressão nominal e pronominal de 3ª pessoa nas estruturas ditransitivas: (i) substituição da preposição *a* - marcador de caso dativo - pela preposição *para* (1a)¹; (ii) substituição das formas clíticas dativas *lhe*, *lhes*, pelas formas pronominais oblíquas *ele(s)*, *ela(s)*, introduzidas pelas preposições *a/para* (1b).

- (1) a. O Pedro deu o celular *para a* namorada.
b. O Pedro deu o celular *a/para* ela.

Observe-se que o reconhecimento do caráter inovador atribuído a essas propriedades decorre igualmente de uma abordagem comparativa com dados provenientes do português arcaico, do português medieval e do português europeu moderno, nos quais a identificação do objeto indireto, nos contextos ditransitivos com verbos de transferência

¹ Vale ressaltar que a substituição do clítico dativo de 3ª pessoa pelas formas tônicas preposicionadas *a/para ele(s)*, *a/para ela(s)*; *dele/dela(s)* atinge o paradigma completo dos clíticos de 1ª e 2ª pessoas que se mantêm na gramática pronominal, mas alternam com sintagmas preposicionados *para mim*, *para você*. Ressalte-se que, em algumas regiões do Brasil, em que permaneceu o pronome *tu*, ainda se usa *para ti* (cf. Lopes, 2007). Ademais, o clítico *lhe* foi dialetalmente recategorizado como dativo e acusativo de 2ª pessoa (cf. Sales, 2007; Araújo e Carvalho, 2015; Martins; Moura; Costa da Silva, 2019).

e movimento, e verbos de criação, envolve categoricamente a sua pronominalização pelo clítico dativo *lhe(s)* (2b) e a presença da preposição casual *a* (2a). Vale notar que a alternância com formas pronominais introduzidas por preposições plenas é agramatical (2c).

- (2) a. O Pedro deu o celular à professora.
- b. O Pedro deu-*lhe* o celular.
- c. *O Pedro deu o celular *a ela*.

Os fatos descritos em (1) e (2) motivam, pois, o objetivo central deste estudo que é o de apresentar uma abordagem formal da aquisição, variação e mudança para os novos alinhamentos preposicionais na expressão gramatical do OI no PB. Tal objetivo é permeado pela seguinte questão: Assumindo que a gramática dativa é um traço conservador no percurso histórico do PE, o que teria motivado a sua perda no PB? A nossa proposta para a expansão da preposição *para* no PB considera tanto a sua relação com as reanálises casuais no quadro do sistema pronominal, quanto o fato de que os predicados ditransitivos, no PE, podem projetar dois tipos distintos de estrutura sintática. Uma delas implica uma leitura de transferência direta de posse entre dois argumentos, o objeto direto e o OI dativo, interpretado como recipiente/destinatário (cf. 2a e 2b). A outra estrutura envolve um complemento oblíquo (OBL), introduzido pela preposição *para*, configurando um tipo de “alternância beneficiária”. A contraparte preposicionada implica um movimento espacial em direção a um participante [+humano], interpretado como beneficiário do evento expresso pelo verbo (cf.3).

- (3) a. O Pedro deu o celular *para a professora/para ela*.

O texto está estruturado da seguinte forma: a seção 2 descreve as propriedades codificadoras do objeto indireto nas estruturas ditransitivas do PE, com ênfase na sua expressão morfossintática e no fenômeno denominado “alternância beneficiária”. Ambos são relevantes para a reanálises preposicionais que se verificam na expressão do OI no PB. A seção 3 traz uma descrição dos novos alinhamentos das preposições *a* e *para* na expressão do OI de 3ª pessoa pronominal e não pronominal, no percurso histórico do PB; por sua vez a seção 4 traz uma abordagem dessas inovações com base no quadro formal da sintaxe, delineado no Modelo dos Três Fatores (Chomsky, 2005).

Em particular, discutimos o modelo de aquisição denominado *Maximize Meios Mínimos* (MMM) (Biberauer, 2018, 2019a, 2019b), e os seus efeitos linguísticos na abor-

dagem do *input*: (i) *Economia de traços* – postule o menor número possível de traços formais; (ii) *Generalização do Input* - aproveite ao máximo os traços formais disponíveis, nos termos de Roberts (2007), Roberts e Roussou (2003), Biberauer e Roberts (2017).

A nossa hipótese é a de que, os falantes adquirindo o PB manifestaram um padrão de *sobregeneralização* do *input*, o qual, sem o efeito da retração, resultou no uso generalizado da preposição *para* como introdutora do argumento recipiente/beneficiário nas estruturas ditransitivas. Na seção 5, trazemos as nossas considerações finais.

2. Dados do Input- A codificação dativa do objeto indireto e sua contraparte preposicionada nas ditransitivas do PE

Nesta seção, apresentamos um panorama descritivo das propriedades morfossintáticas e semânticas que identificam o objeto indireto (OI), em oposição ao argumento oblíquo, nas estruturas ditransitivas da variedade padrão (cult) do português europeu contemporâneo. Como dissemos, essa gramática fazia parte da competência do falante do PE, ou seja, estava na fala dos portugueses, ao longo da história colonizadora do Brasil, servindo potencialmente de *input* para a aquisição do que viria a constituir o PB, seja como língua nativa, seja como segunda língua².

2.1. Propriedades identificadoras do objeto indireto no português europeu contemporâneo

O argumento que exerce a função de complemento/objeto indireto no PE no contexto dos predicados ditransitivos é identificado pelos linguistas e nas gramáticas contemporâneas a partir de critérios morfossintáticos e semânticos que não se alinham completamente com os adotados pela tradição gramatical.

Um desses critérios refere-se ao seu estatuto categorial como sintagma nominal definido (DP), precedido obrigatoriamente pelo morfema *a* – um marcador de Caso dativo (cf. Duarte, 1987, 2003) –, e tendo sua pronominalização restrita aos clíticos dativos de

² A caracterização das gramáticas dos primeiros portugueses que aqui aportaram tem sido um grande tema da pesquisa recente (cf. Ribeiro, 1998; Moraes de Castilho, 2001, Paixão de Sousa e Kewitz (2011), entre outros). Em particular, Galves (2007) propõe uma periodização do português europeu associada à vinda dos portugueses para o Brasil, considerando um fenômeno linguístico que hoje distingue de forma marcante as duas variedades do português, a saber, a colocação dos pronomes clíticos. É interessante notar que a sintaxe da colocação dos clíticos sofre alterações tanto na história do PE (Martins, 1994) quanto na história do PB, cuja trajetória é marcada por uma renovação no inventário dos clíticos, com perdas e ganhos no quadro pronominal. Consequentemente, o *input* relacionado aos clíticos foi “instável” ao longo dos séculos. Entretanto, as inovações na identificação do OI nas ditransitivas teriam tido uma natureza distinta, uma vez que se manifestaram na diacronia do PB, mas não na diacronia do PE.

3ª pessoa *lhe, lhes*. Por sua vez, em termos semânticos, o argumento está associado a uma restrição de animacidade de seu referente, no contexto de verbos de transferência (4), verbos de movimento (5) e verbos de criação (6).

- (4) a. O João deu um colar de pérolas à Maria
b. O João deu-*lhe* um colar de pérolas.
- (5) a. O João enviou/ entregou uma carta à Maria.
b. O João enviou/ entregou-*lhe* uma carta
- (6) a. A Maria preparou um jantar *ao João*.
b. A Maria preparou-*lhe* um jantar.

Como observam Gonçalves e Raposo (2013), o objeto indireto é um argumento adicionado aos predicados ditransitivos que expressam semanticamente uma relação de transferência possessiva entre dois objetos: o objeto direto (acusativo) e o objeto indireto (dativo). A transferência entre duas entidades e/ou mudança de posse é concebida tanto literal, quanto metaforicamente, por envolver entidades abstratas. O objeto indireto se alinha, portanto, a uma interpretação de recipiente/destinatário/origem, como exemplificado em (6):

- (7) a. O Pedro [deu/entregou/vendeu] o livro *ao António*. [destinatário]
b. O Pedro [roubou/tirou/comprou] o livro *ao António*. [origem]
c. A Maria [sorriu/falou/escreveu] (uma carta) *ao Luís*. [destinatário]
d. O professor explicou o teorema *aos alunos*. [destinatário]

(Gonçalves; Raposo, 2013, p.1173)

Na gramática ditransitiva do PE, destacamos outra propriedade relevante, quando pensamos numa abordagem comparativa com o PB: o argumento recipiente é categoricamente pronominalizado pelas formas clíticas, nunca pelas formas oblíquas preposicionadas. Tal restrição é suspensa nas construções de redobro de clítico, nas quais o clítico tem a mesma referência do pronome forte, obtendo-se uma interpretação contrastiva. Na sentença (8), entende-se que Miguel mostrou as fotografias *a ela, Maria*, e não *a ele, João*, por exemplo.

- (8) a. *O Miguel mostrou as fotografias *a ela*.
b. O Miguel mostrou-*lhe* as fotografias *a ela*.

(Gonçalves; Raposo, 2013, p. 1172)

Outro contexto licenciador da forma *a* + *pronomes tônicos* são as respostas curtas a questões diretas.

- (9) a. *A quem* mostrastes as fotografias?
b. *A ela*.

(Gonçalves; Raposo, 2013, p. 1172)

Por sua vez, a sequência *a* + *pronomes tônicos* é obrigatória nos contextos verbais que não licenciam um OI. Como exemplificado em (9), o constituinte *ao pai* não é um OI porque não alterna com o clítico *lhe*. Trata-se, portanto, de um complemento preposicionado/oblíquo.

- (10) a. O José recorreu *ao pai*, quando estava endividado.
b. *O José recorreu-*lhe*.
c. O José recorreu *a ele*.

O quadro descritivo apresentado nos permite concluir que o dinamismo preposicional da gramática portuguesa se manifesta na ambiguidade da preposição *a*: como marcador de caso e como preposição transitiva. Este ponto também se evidencia no seguinte contraste: o OI dativo pode ser licenciado no contexto dos ‘locativos metafóricos’ (11a). Nesse caso, a marca de plural da contraparte clítica (*lhes*) indica a correferência com a expressão ‘funcionários do Banco de Portugal’. No entanto, na introdução dos ‘locativos puros’ (11b), a preposição *a* se comporta como uma verdadeira preposição restringindo a pronominalização dativa. Neste caso, o locativo é categoricamente um sintagma preposicionado.

- (11) a. Enviei um documento *ao Banco de Portugal* / enviei-*lhes* um documento.
b. O médico enviou o paciente *ao hospital* / *enviou-*lhe*/*lhes* o paciente.

Observe-se que, em paralelo ao estatuto locativo da preposição *a*, também a preposição *para* se apresenta como introdutora de locativos, intercambiável com advérbios locativos, mas não com pronominais clíticos (12).

- (12) O José enviou uma carta *para Lisboa* / enviou uma carta *para lá* / **enviou-lhes* uma carta.

2.2. Alternância nas estruturas ditransitivas: argumentos dativos e argumentos oblíquos

As gramáticas contemporâneas do PE estabelecem ainda uma distinção relevante, não reconhecida unanimemente nas gramáticas tradicionais, entre o complemento dativo (OI) das estruturas ditransitivas, interpretado como recipiente/destinatário, e o argumento introduzido pela preposição *para*, denominado argumento oblíquo (OBL), e interpretado como beneficiário do evento expresso pelo verbo³. No que se segue enfatizaremos essa distinção.

Começamos por destacar que, no contexto dos verbos ditransitivos de transferência/movimento, como *dar*, *entregar*, etc, o argumento introduzido por *a* é interpretado como recipiente/destinatário, expressando uma relação possessiva direta entre os dois objetos. Por sua vez, o constituinte introduzido por *para* é interpretado como beneficiário do evento expresso pelo verbo, comportando-se sintaticamente como um sintagma independente, ou seja, como um complemento oblíquo (13a) (cf. Gonçalves; Raposo, 2013).

Consequentemente, é agramatical a coocorrência de dois sintagmas introduzidos por *a*, como exemplificado em (13b)

- (13) a. O Marco entregou os documentos [*ao contínuo*] [*para a professora*].
b. *O Marco entregou os documentos [*ao contínuo*] [*à professora*].

(Gonçalves; Raposo, 2013, p.1177)

³ Gonçalves e Raposo (2013, p. 904) seguem as gramáticas contemporâneas na sua aceção de que o termo *oblíquo* é usado em dois sentidos distintos, embora relacionados: um morfológico e outro sintático. Na aceção morfológica, o pronome oblíquo toma uma forma casual particular, quando é complemento da preposição (*mim*, *ti*, *ele(s)*, *ela(s)*). No PE, as formas oblíquas são sempre fortes (tônicas), enquanto as formas acusativas e dativas são sempre fracas, ou seja, clíticas. Na aceção sintática, o termo é usado para se referir a um complemento do verbo, que não é nem complemento direto, nem indireto, e obrigatoriamente preposicionado. Como os autores esclarecem, a noção de “Caso oblíquo”, das gramáticas descritivas contemporâneas difere da noção tradicional, onde o termo “oblíquo” é usado para os Casos acusativo, dativo, genitivo, ablativo, em oposição ao termo “reto” para o Caso nominativo. Brito (2008) destaca ainda que, embora o PE, como as demais línguas românicas, não manifestem a flexão de caso acusativo, dativo e nominativo nos sintagmas nominais, conservam um sistema flexional rico nos pronomes pessoais, distinguindo as formas nominativas (sujeito), acusativas (objeto direto), dativas (objeto indireto) e oblíquas introduzidas por preposições. Para uma descrição dos fatos do PB, confira Castilho (2010).

No emaranhado das sutilezas gramaticais do PE, outro ponto a ser destacado é o que se refere à afirmação dos autores acima citados de que, com certos verbos ditransitivos, o OI pode obter uma interpretação secundária (*itálico nosso*) de beneficiário, dependendo do envolvimento pessoal do seu referente no ato da transferência, em particular se este tem algo a ganhar ou a perder. Assim, na interpretação mais natural de *dei-lhe um livro no seu aniversário*, o pronome clítico dativo é simultaneamente destinatário e beneficiário (Gonçalves e Raposo, 2013, p. 1174).

Ainda relevante é a constatação de que os verbos transitivos como *comprar, vender, ler, escrever* e verbos de criação, como *desenhar, preparar, pintar*, licenciam uma alternância entre o OI dativo e um OBL, introduzido pela preposição *para*. De fato, em ambos os casos, os complementos podem ser interpretados como beneficiário.

- (14) a. O Marco comprou um carro *ao filho/para o filho*.
b. Construí uma casa *aos meus pais/para os meus pais*.
c. A bruxa preparou uma armadilha à princesa/para a princesa.
(Gonçalves; Raposo, 2013, p.1176-1178)

No entanto, o sintagma preposicionado introduzido por *para* não se assemelha sintaticamente a um OI. Essa afirmação é evidenciada no contraste da realização pronominal dos argumentos dativos e argumentos oblíquos, ou seja, na distinção entre as formas clíticas, *lhe/lhes*, e as formas pronominais tônicas, *ele(s), ela(s)*, introduzidas por *para*. Nas sentenças exemplificadas em (15a-b), a pronominalização do OI destinatário/beneficiário está restrita às formas clíticas dativas. Daí o estatuto agramatical da sentença (15c). Nesse contexto, os clíticos dativos são substituídos pelas formas pronominais tônicas, na pronominalização do complemento oblíquo.

- (15) a. O Marco comprou um carro *ao filho*⁴.
b. O Marco comprou-*lhe* um carro.
c. Marco comprou (**lhe*) um carro *para o filho / para ele*.
(Gonçalves; Raposo, 2013, p.1176-1178)

2.3. “Alternância beneficiária” na estrutura argumental dos ditransitivos no PE

Na subseção anterior, destacamos o fato de que, no PE, os verbos ditransitivos de transferência/movimento, verbos transitivos e verbos de criação realizam dois tipos dis-

⁴ Gonçalves e Raposo (2013, p.1176) apontam que o OI tem aqui interpretação ambígua, pois o filho de Marco também poderia ser o vendedor do carro e, portanto, terá a leitura de fonte.

tintos de estrutura argumental, representando estratégias condicionadas pela relação direta ou indireta entre dois argumentos. Assim, com verbos como *dar*, por exemplo, *dar um presente, uma carta, dinheiro*, a relação entre o objeto direto (OD) e o OI não implica movimento espacial, mas transferência direta de posse. Nesses predicados ditransitivos, o argumento recipiente/destinatário é um dativo, não um complemento oblíquo (OBL). Por sua vez, a contraparte preposicionada implica um movimento espacial em direção a um recipiente [+humano], embora não envolva uma transferência direta de posse entre dois constituintes. Nessa estrutura, o argumento oblíquo é interpretado como beneficiário do evento expresso pelo verbo.

Tal dicotomia fica claramente evidenciada no contexto de verbos como *atribuir/devolver/distribuir/emprestar*, nos quais não se tem uma contraparte preposicionada. A única interpretação possível é a de transferência possessiva entre os dois objetos. Ou seja, o argumento recipiente/destinatário comporta-se como um OI dativo.

(16) O José atribuiu uma tarefa *aos alunos*/atribuiu-*lhes* uma tarefa.

O fato de os falantes portugueses distinguirem o OI e o OBL leva a diferentes interpretações das ditransitivas, nas quais estão em jogo as preposições *a* e *para*. Com verbos como *atribuir, devolver, distribuir, emprestar*, não há a contraparte preposicionada.

(17) a. O José atribuiu uma tarefa *aos alunos*/atribuiu-*lhes* uma tarefa.

b. *O José atribuiu uma tarefa *para os alunos*.

Por sua vez, verbos como *fornecer/oferecer* licenciam o que temos denominado de “alternância beneficiária”, envolvendo uma estrutura dativa (18a) e uma estrutura oblíqua, preposicionada (18b). Na variante dativa, o OI é simultaneamente recipiente e beneficiário, enquanto na variante preposicionada, o argumento introduzido pela preposição *para* é interpretado como beneficiário do evento expresso pelo verbo. Nesses termos, a contraparte preposicionada implica uma interpretação, na qual a ajuda dada aos flagelados pode não ter sido direta.

(18) a. O José forneceu/ofereceu/ ajuda *aos flagelados da seca*/ofereceu-*lhes* ajuda.

b. O José forneceu/ofereceu ajuda *para os flagelados da seca*.

Em outras palavras, na gramática do PE, os diferentes usos ou ocorrências da preposição *para* são reconhecidos somente dentro do seu contexto/configuração gramatical. As diferentes configurações determinam o significado. Como discutiremos posteriormente, o uso inovador da preposição *para* no PB, para contemplar os dativos, será mediada pela organização gramatical da língua, ou seja, não se trata lexicalmente de uma outra preposição *para*.

3. A expansão da preposição *para* nas ditransitivas do PB

3.1 O percurso diacrônico das inovações

Estudos quantitativos sincrônicos e diacrônicos, em particular, dentro do cenário comparativo com o português europeu (PE), revelam que, na identificação do objeto indireto, os clíticos dativos de 3ª pessoa, *lhe(s)*, e os sintagmas nominais introduzidos por *a* – um marcador dativo – não mais fazem parte da gramática nuclear do PB contemporâneo⁵ (cf. Gomes, 2003; Freire, 2005; Torres Morais; Berlinck, 2006, 2007, 2018; Torres Morais e Salles, 2010; Salles; Torres Morais, 2020; Ramos; Duarte, 2007; Figueiredo Silva, 2007; Armelin, 2011, Calindro, 2015, 2016, 2020, entre muitos outros, sob diferentes perspectivas teóricas). Os clíticos dativos *lhe/lhes* são substituídos pelas estratégias pronominais oblíquas *a/para ele(s)*; *a/para ela(s)*. Por sua vez, ocorre a generalização da preposição *para* como introdutora do OI nominal nas estruturas ditransitivas.

Torres Morais e Berlinck (2018), retomando estudos anteriores, apresentam um panorama da expansão das formas inovadoras na expressão do argumento dativo/objeto indireto (OI), nas construções ditransitivas, com um vasto e diversificado material histórico, a partir do século XVIII, coletado no *Projeto para a História do Português Paulista* (PHPP)⁶.

No que se refere à expressão pronominal do OI, o que as autoras destacam, a partir dos dados coletados, é que o clítico dativo constitui a estratégia quase exclusiva até o final do século XIX, independente da pessoa gramatical. Fica evidente pelos resultados quantitativos obtidos nas primeiras décadas do século XX que o processo que deu origem ao quadro atual (com o predomínio do OI oblíquo, introduzido por preposição, sobretudo na 3ª pessoa) deve ter se manifestado tardiamente.

⁵ Lembramos que o qualificativo *nuclear* se refere à gramática adquirida pela criança na aquisição da língua materna, ou Língua -I(nterna), na perspectiva gerativista. Os clíticos dativos na referência de 3ª pessoa, mesmo sendo adquiridos ao longo da escolaridade, são muito pouco usados na fala e escrita, excetuando-se as situações de maior monitoramento e nos textos literários.

⁶ Projeto que faz parte do *Projeto para a História do Português Brasileiro* (<https://sites.google.com/site/corporaphpb/home>).

O mesmo percurso histórico pode ser desenhado na expansão das preposições *a* e *para* nas estruturas ditransitivas com verbos de transferência/movimento, ao longo dos séculos XVIII e XIX. Dados obtidos em anúncios de jornais da primeira metade do século XIX, por exemplo, revelam que a preposição *a* se associava predominantemente com o OI interpretado como recipiente/destinatário (19) (cf. Torres Moraes; Berlinck, 2018). Por seu lado, as ocorrências de *para* se restringem a introduzir argumentos interpretados como beneficiário. Ademais, no mesmo conjunto de verbos, a introdução do argumento locativo se mostrou um contexto de predomínio da preposição *para* (20)⁷.

(19) [19,1 A SP] Foi remetido *a um senhor Negociante desta Cidade* um caxóte de livros...

(20) 19,1 A SP] Remette-se *para qualquer ponto de Estrada de ferro* Cal, cimento, telhas...

(Torres Moraes; Berlinck, 2018, p.279)

Finalmente, consideremos o fato de que, na diacronia do PB, constatou-se o uso da preposição *a* na introdução de argumentos locativos, configurando o seu estatuto ambíguo como marcador de caso dativo e preposição plena. No exemplo (19), referente à segunda metade do século XIX, temos a preposição *a* introduzindo um argumento locativo (Taubaté) e um OI (Antonio Joaquim da Silva) .

(21) [19,2 A SP] Quem o prender e levar *a Taubaté á Antonio Joaquim da Silva* ou á João Evangelista da Costa Marcondes, será generosamente gratificado. Taubaté, 6 de Outubro de 1879. Antonio Joaquim da Silva.

(Torres Moraes; Berlinck, 2018, p.279)

Tais resultados empíricos aqui comentados revelaram, através dos dados coletados ao longo século XX (Calindro, 2015), que a mudança que se implementa na gramática brasileira é a de uma estrutura ditransitiva preposicionada, na qual o argumento recipiente/beneficiário é morfossintaticamente um argumento oblíquo. Note-se que há uma distinção entre formas pronominais e nominais na realização do OI: as formas pronominais *ele(s)*, *ela(s)* são introduzidas por *a* e *para*. As formas nominais são majoritariamente

⁷ Um ponto a ser considerado no percurso de implementação da preposição *para* é o de que ele se inicia em contextos mais concretos e se difunde para contextos mais abstratos (com verbos de transferência verbal/perceptual e OD [abstrato]), por exemplo, ao longo do século XX. (cf. Gomes, 2003; Torres Moraes; Berlinck, 2007, 2018).

introduzidas por *para* no contexto dos verbos ditransitivos de transferência material (22) e verbos de movimento (23)⁸. Entretanto, com verbos de criação e verbos transitivos a preposição *para* é categórica (24) (cf. Armelin, 2011).

- (22) a. O João deu um colar de pérolas *para a Maria*
b. O João deu um colar de pérolas *para ela*.
- (23) a. O João enviou/ entregou uma carta *para a Maria*.
b. O João enviou/ entregou uma carta *para ela*.
- (24) a. A Maria preparou um jantar *para o João*.
b. A Maria preparou um jantar *para ele*.

Ao incorporar dados de língua escrita, em diferentes tipos de textos, o percurso diacrônico que discutimos nesta seção é relevante por nos permitir estabelecer um aspecto comparativo entre o PB e o PE, no que se refere à expressão do OI nas ditransitivas. O PE conserva historicamente as propriedades morfossintáticas e semânticas que distinguem o OI e o OBL. Na diacronia do PB, porém, inovações no sistema pronominal e preposicional resultam na perda das propriedades identificadoras do OI dativo.

3.2 Conclusões parciais

Na seção 2 deste estudo, detalhamos as propriedades morfossintáticas que identificam o OI dativo, introduzido pela preposição *a*, semanticamente interpretado como recipiente/destinatário nas ditransitivas de objeto duplo do PE.

Observamos ainda uma contraparte preposicionada, configurando uma “alternância beneficiária”, na qual o argumento introduzido por *para* é interpretado como beneficiário, e apresenta comportamento de complemento oblíquo (OBL). Nesse contexto, não se infere a transferência possessiva direta entre os dois complementos da estrutura ditransitiva. Destacamos ainda o fato de que, na gramática portuguesa, a preposição *para* introduz tanto o complemento oblíquo beneficiário, como um locativo “puro”.

Por sua vez, a seção 3 descreve as inovações implementadas na diacronia do PB, envolvendo a perda da preposição *a* como marcador dativo (*a*-DP) e sua substituição generalizada pela preposição *para*, assim como a perda dos clíticos dativos de 3ª pessoa *lhe(s)*, sendo substituídos pelas formas pronominais plenas, *ele(s)*, *ela(s)*, introduzidas por *a/para*.

⁸ Durante a escolarização, a preposição *a* é associada ao OI e passa a ser utilizada pelos falantes escolarizados na fala monitorada e na escrita formal e literária. No entanto, a nossa hipótese é de que não se trata mais de uma preposição dativa, mas de uma preposição oblíqua (cf. Calindro, 2015).

A hipótese que assumimos, e que será incorporada na nossa análise formal, é a de que os falantes adquirindo o português no Brasil dos primeiros séculos entravam em contato com a preposição *a*, na sua natureza polissêmica, como preposição gramatical e lexical, neste último caso, introduzindo locativos puros. No entanto, apesar do *input*, os falantes desenvolveram na sua fala novas estratégias na expressão do OI, ou seja, não mais reconhecem a preposição *a* como marca gramatical identificadora do OI, associada à pronominalização necessária com os pronomes dativos, *lhe(s)*⁹. Ao mesmo tempo, expressam uma generalização no uso da preposição *para*, com significado de beneficiário, para os significados de recipiente/destinatário no contexto das sentenças ditransitivas. Essa generalização também afeta os locativos puros, nos quais a preposição *para* alterna com a preposição *a* no PB.

Por fim, é importante destacar o papel da queda do clítico dativo *lhe(s)* de terceira pessoa no PB e sua substituição pelos pronominais tônico, *ele(s);ela(s)* introduzidos por *a* e *para* como ilustrado nos exemplos (22-24). Note-se que sentenças em que este tipo de uso pronominal ocorre, sem o redobro de um clítico e introduzindo um OI recipiente, são agramaticais em PE (25a-b).

- (25) a. O João enviou *enviou-lhe* uma carta.
b. * O João enviou uma carta *a ela*.

Segundo Torres Morais e Berlinck (2018), a substituição do clítico *lhe(s)* pelo sintagma preposicionado *a/para + ele(a)(s)* representou o contexto inicial de mudança na expressão do OI, coletado no corpus do PB.

4. Reanálise da expressão do OI em PB na perspectiva do modelo Maximize Meios Mínimos (MMM)

4.1. Introduzindo o modelo MMM

Nesta seção, trazemos uma discussão mais detalhada da aquisição e mudança sintática do *Modelo Maximize Meios Mínimos* (MMM), o qual se insere numa perspectiva da Faculdade da Linguagem, proposta no modelo dos Três Fatores de Chomsky (2005, p.6), como expresso em (26):

⁹ Muito importante lembrar que a perda da preposição *a* como marcador casual do OI abrange contextos verbais muito mais amplos, alterando inclusive o seu estatuto funcional de OI para OD. Verbos psicológicos são um exemplo que podem ilustrar este ponto: (i) O José agradeceu *o professor/ao professor*; (ii) O filho deve obedecer *aos pais/os pais*; (iii) O jantar agradou/desagradou *aos convidados/os convidados*.

- (26) 1. Gramática Universal (GU) + 2. Dados Linguísticos Primários (DLP) + 3. Princípios Cognitivos Gerais → Gramática do Adulto (= uma Língua-I)

Segundo Chomsky, a aquisição de parâmetros evidentes na gramática dos adultos não é moldada apenas pela GU, mas através da interação com os fator 2 - dados linguísticos primários e com o fator 3 que inclui dois tipos de princípios cognitivos gerais:

- I. princípios de análise dos dados, que devem ser usados na aquisição da linguagem e em outros domínios;
- II. princípios de arquitetura estrutural e restrições de desenvolvimento, incluindo-se princípios de computação eficiente.

Os três fatores são posteriormente trabalhados no modelo MMM proposto por Biberauer (2018, 2019a e 2019b), com base nas seguintes questões: (i) qual seria a contribuição da GU para direcionar a criança na aquisição da Língua-I, sua gramática internalizada? (ii) quais aspectos dos DLP constituem dados cruciais para a construção da gramática na fase da aquisição? (iii) Como caracterizar os princípios gerais de computação e cognição? Como a autora declara “ (...) o modelo MMM foi concebido como um modelo minimalista que explicitamente busca entender a variação linguística – e também o processo de aquisição que deu origem a essa variação – como consequência da interação entre os Três Fatores delineados em Chomsky (2005)” (Biberauer, 2019b, p.213)¹⁰.

O modelo se configura, portanto, no seguinte esquema:

- (27) GU + Input + Maximise Minimal Means (MMM) → Gramática do Adulto
Biberauer (2019b, p.213)

Com relação ao Fator 1, Biberauer afirma que o modelo MMM pretende explicar os processos de aquisição, variação e mudança, ao assumir uma GU *minimamente especificada*. A hipótese é a de que a GU não desenha um mapa genético de princípios e parâmetros que guiam a criança na formatação da gramática materna. Em seu lugar são os mecanismos cognitivos gerais, incluindo vieses de aprendizagem geral, que terão o papel central em ativar a aquisição e formatar as gramáticas adultas.

¹⁰ Tradução nossa: “... the MMM model was conceived as a minimalist model which explicitly seeks to understand language variation – and thus also the acquisition process that gave rise to that variation – as the consequence of the interaction of all Three Factors outlined in Chomsky (2005).”

Com relação ao Fator 2, a autora assume que os DLP não contemplam a totalidade dos dados do *input* recebidos pelo falante. Essa parte do *input*, denominada na literatura corrente de *intake*, se refere apenas aos dados *accessíveis* à criança, de modo que o processo de aquisição decorre de uma identificação de traços morfossintáticos dos DLP regulados pelo *intake*. Ou seja, os DLP são constituídos por certos aspectos do *input* destacados por terem uma importância particular, tais como *redobro morfológico*, *variação na ordem de palavras*, e *funções múltiplas* (cf. Biberauer 2019a, p.54-59 para uma discussão mais detalhada).

Finalmente, em relação ao Fator 3, referentes aos princípios cognitivos gerais, o modelo MMM propõe vieses de aprendizagem com um papel central na aquisição e formatação das gramáticas adultas atuando tanto para o processo de aquisição como para o processo de mudança linguística. O esquema em (28b) ilustra essa reinterpretação de Biberauer para o modelo dos Três Fatores de Chomsky em (28a):

- (28) a. GU + DLP + Fatores Cognitivos Gerais → Gramática do Adulto
- b. GU + DLP + Maximise Meios Mínimos (MMM) → Gramática do Adulto

Vale ressaltar que o modelo MMM apresenta os seguintes reflexos linguísticos na aquisição (Biberauer, 2019b, p. 212,213).

- (29) Economia dos traços – *Feature Economy* (FE) (cf. Roberts e Roussou, 2003)
 Postule o menor número possível de traços formais na abordagem do *input/intake*.
- (30) Generalização do Input – *Input Generalization* (IG) (cf. Roberts, 2007)
 Aproveite ao máximo os traços disponíveis na abordagem do *input/intake*.

Portanto, no processo de aquisição regulado pelo modelo MMM, a fixação dos parâmetros é engatilhada pelo *intake*. E, ao postular novos traços formais, as crianças priorizam a reutilização de traços já postulados, no lugar de novas elaborações. Esses traços gramaticais serão, portanto, refinados por novos *intakes* até que uma realidade sistemática seja alcançada.

Este é um processo que pode ser entendido como uma forma de *sobregeneralização* (*overgeneralization*), podendo levar a criança a produzir sentenças ou formar palavras que

não são gramaticais nos dados do *input*. Finalmente, se a criança não se retrata, a variação e mudança se instalam. Ou seja, para o processo de aquisição de primeira língua, quando há duas formas, formas dublês nos termos de Kroch (2001), se a criança não retrai para a forma mais antiga, e passa somente a usar a nova variante, um novo postulado é feito (Biberauer; Roberts 2017; Biberauer, 2019a).

Nas reflexões sobre o *input*, seguindo o Princípio de Tolerância de Yang (2018), Biberauer (2018, p.216) afirma que menos vocabulário faz com que a criança tenha mais facilidade para adquirir regras. A autora argumenta que, no processo de aquisição, ‘menos é mais’ (Newport, 1990).

Nesses termos, o modelo MMM prevê que as crianças tirem o maior proveito do *input* ao qual têm acesso. O sistema dá pistas para elas selecionarem blocos de acordo com o *input* que recebem, muito antes de ter um conhecimento lexical complexo. O acesso a apenas uma parte do *input*, ou seja, somente ao *intake*, faz com que a criança seja capaz de se focar em sub-componentes linguísticos.

Um outro aspecto interessante se refere à ação de um Princípio de otimização ligado ao Fator 3, denominado *Condição dos Subconjuntos*, o qual é impulsionado pela *Economia de Traços* e pela *Generalização do Input*. A sua atuação é evidenciada por estudos de aquisição, nos quais as crianças começam com grandes categorias e tem que recuar para categorias menores (Biberauer; Roberts, 2017). Consequentemente, ao ampliar o aprendizado para outros domínios apropriados, o falante maximiza o uso dos traços já disponíveis.

A seguir discutiremos a nossa hipótese de que a mudança na expressão do OI nas ditransitivas no PB expressa um processo de *sobregeneralização* do *input* no uso da preposição *para*. Lembrando que essa hipótese leva a uma outra discussão: por que teria ocorrido este processo ocorrido, diante do uso multifuncional da preposição *a*?

4.2 MMM e a expansão da preposição para nas ditransitivas do PB

Nas nossas reflexões a seguir teremos como objetivo lidar com uma questão que se tornou inevitável, uma vez assumida a perspectiva gerativista de que a variação e a mudança ocorrem na fase da aquisição da linguagem: o que teria ativado a criança brasileira, na fase da aquisição, a desconsiderar, nos dados do *input*, a preposição *a* como marcadora gramatical de caso dativo? Relacionada a esta questão, há uma outra: O que teria levado a criança a generalizar as formas pronominais oblíquas de 3ª pessoa, em detrimento dos clíticos dativos?

Para respondê-las, consideraremos a hipótese de que as formas inovadoras na expressão do OI no PB contemporâneo resultaram de um efeito linguístico de *generalização*

do *input* na fase da aquisição da linguagem, com base na estrutura argumental dos verbos de criação, entre eles, *bater* (um bolo); *construir*; *pintar*, *preparar*, *desenhar* e verbos transitivos, entre eles, *comprar*, *vender* ler, *escrever*, incorporando ainda os verbos ditransitivos de transferência/movimento, entre eles, *dar*, *enviar*, *mandar*.

Como vimos na seção 2, verifica-se no PE contemporâneo uma “alternância beneficiária”, manifestada nos contextos verbais licenciadores de um argumento morfossintaticamente identificado como OI dativo e uma contraparte preposicionada, na qual a preposição *para* serve para expressar o beneficiário.

Os exemplos (31a), (32a) e (33a) ilustram essa dinâmica das gramáticas do PE e PB, uma vez que tal restrição interpretativa imposta gramaticalmente à preposição *para* no PE não se manifesta no PB.

- (31) a. A Maria preparou um elegante jantar *para o João / para ele*. (PE; PB).
b. A Maria preparou um elegante jantar *ao João/ preparou-lhe* um elegante jantar. (PE)
- (32) a. O João comprou um colar de pérolas *para a Maria/ para ela*. (PE; PB)
b. O João comprou um colar de pérolas *à Maria/comprou-lhe* um colar de pérolas. (PE)
- (33) a. O João enviou uma carta *para o Pedro*. (PE; PB)
b. O João enviou uma carta *ao Pedro*. (PE)
c. O João enviou *enviou-lhe* uma carta. (PE)
d. O João enviou uma carta *para/a ele*. (PB)

Tais desenvolvimentos nos levam a considerar que, na aquisição do PB, os falantes não teriam reconhecido como *input* linguístico a preposição marcadora de caso dativo *a* alternando com os clíticos dativos *lhe(s)* e introduzindo essencialmente o argumento recipiente, semanticamente associado ao traço [+humano]. Simultaneamente, teria se efetivado o processo de sobregeneralização (*overgeneralization*) da preposição *para*, a partir do argumento beneficiário para o argumento recipiente em sentenças ditransitivas, nas quais se expressa a transferência direta de posse entre os dois argumentos: o objeto direto (OD-tema) e o OI recipiente, ilustrado em (26) com o verbo *dar*. Observe-se ainda que a contraparte pronominal licencia a preposição *para* nas formas *para ele(s)*, *para ela(s)*.

(34) O João deu um colar de pérolas *para a Maria/para ela*.

Observe-se que o mesmo cenário diacrônico de variação e mudança se manifesta na queda dos clíticos dativos de 3ª pessoa *lhe(s)*, decorrentes de sua substituição pelos pronomes plenos, cuja expansão no PB tem sido amplamente documentada nos resultados quantitativos. Lembramos que este tipo de perífrase fora do contexto do redobro do clítico é agramatical em PE (cf. 8b).

(35) a. O João *enviou-lhe* uma carta. (PE)

b. O João enviou uma carta *para/a ele*. (PB)

Em outras palavras, a mudança que se consolidou na gramática do PB, desconsiderando o *input* dativo do PE, pode ser definida nos seguintes termos: a preposição *para* se generalizou para os demais contextos ditransitivos, relacionando dois argumentos DPs, como veremos com detalhes na seção 4.2.1, a proposta de análise para a nova gramática supõe um sintagma preposicionado em camadas (pP seguindo Wood, 2012). Na camada interna, o DP introduzido pela preposição é licenciado com caso oblíquo e interpretado como destinatário/beneficiário, ambos condicionados pelo traço [+animado] do referente.

Dessa forma, da perspectiva do modelo MMM, esse desenvolvimento e substituição da preposição *a* por *para* em PB pode ser entendido como a consequência da *Generalização do Input*: a presença de um item multifuncional como o *a*, levou à sua substituição por diversos itens como *de*, *em*, além do *para*. Como mencionado anteriormente, através da *Condição de Subconjuntos*, que atua na otimização do sistema linguístico, uma vez que a preposição *a* tinha um estatuto ambíguo por ser responsável pela introdução de elementos com múltiplas leituras semânticas, o sistema generalizou outras preposições presentes no sistema, criando subconjuntos. Neste texto, nosso foco é a preposição *para*, cujo uso foi ampliado para outros contextos dentro de um domínio do qual já fazia parte. Esse padrão ampliado também denota a perda do clítico [+humano] *lhe*, que foi consistentemente substituído por estruturas em que a preposição lexical *para* é acompanhada por um pronome pleno. A perda da contraparte clítica associada ao traço [+humano] também pode ser vista como uma simplificação gramatical, pois menos micro-parâmetros (cf. Roberts, 2012) precisam ser adquiridos pelo falante durante o processo de aquisição.

4.2.1 Representação das estruturas ditransitivas no PB

Neste ponto de nossa discussão, vale destacar que as inovações na identificação morfossintática do OI, as quais se verificam na diacronia e sincronia do PB, não se manifestam nas demais línguas românicas. Partindo dessa constatação, alguns autores, assumiram a proposta do núcleo aplicativo baixo (ApplP) (cf. Pylkkänen, 2002), o qual introduz o OI, nominal e pronominal, nas estruturas ditransitivas, atribuindo a ele Caso inerente dativo, associado ao papel temático recipiente/destinatário. Segundo essa análise, o núcleo aplicativo denota semanticamente uma relação direta de posse entre o OD e o OI [+animado]. Nesse contexto, a preposição *a* não é uma preposição lexical, mas um marcador de Caso dativo, como mencionado anteriormente. Com relação ao PE, a estrutura applicativa (36) foi assumida por alguns autores, entre eles, Torres Morais (2007); Torres Morais e Salles (2010):

(36) [_{NP} A Maria [_{vP} [_v enviou [_{ApplP} ao João/lhe [_{APPL} Ø [_{DP} uma mensagem]]]]]]]

Já em relação à preposição *para*, pode-se afirmar que os seus diferentes usos e ocorrências são reconhecidos somente dentro do seu contexto gramatical, pois as diferentes configurações determinam o significado da forma. Nessa perspectiva, o uso inovador da preposição *para* em PB é mediado pela organização gramatical da língua, ou seja, não se trata de uma outra preposição *para*, diferente da que faz parte do PE. A mudança que se consolidou na gramática do PB, que desconsiderou o *input* dativo do PE, pode ser definida nos seguintes termos: a preposição *para* se generalizou dos contextos de beneficiário/locativo para os contextos ditransitivos, sendo responsável, portanto, por relacionar os dois argumentos presentes nessas construções.

Esse processo pode ser explicado pelo modelo da MMM da seguinte forma: uma vez que o aprendiz da L1 (das novas gerações) tenha evidência suficiente por meio do *intake* de que o elemento *para* também pode ser usado nos contextos de recipiente/destinatário, acrescido do fato de que não há evidências morfofonológicas de ApplP (como no PE), devido à perda da expressão morfológica do ApplP na forma do clítico dativo *lhe*, como expresso na representação em (36), o mecanismo da *Economia de Traços* considera não apenas o traço lexical de *para*, mas também a ordem V ACC PP, além do traço do item categorial de uma projeção funcional encabeçada pela preposição (pP, nos termos de Wood, 2012) para introduzir o OI em uma construção ditransitiva preposicionada, em que é um complemento oblíquo, conforme explica Calindro (2020). De acordo com

a autora, os OIs introduzidos por *para* em PB são realizados na sua estrutura argumental através de uma projeção pP, não por um ApplP, como no PE.

Na proposta de um pP em camadas, na camada interna PP, o DP selecionado pela preposição é licenciado com Caso oblíquo inerente, associado aos papéis temáticos de recipiente/destinatário e beneficiário, além de expressar uma condição de referencialidade do DP, ou seja, o seu traço [+animado]. O mesmo se verifica com a 3ª pessoa que se realiza na sua forma forte introduzida pela preposição.

(37) a. A Maria enviou uma mensagem *para mim, para você, para ele*.

O uso de *para* no contexto de verbos de transferência/movimento é, portanto, mediado pela organização gramatical da língua. Uma vez que o PB perdeu a preposição a marcadora de caso dativo responsável por introduzir o elemento dativo no ApplP em PE e em outras línguas românicas, esse núcleo funcional foi reanalisado em PB. Segundo Calindro (2020), uma projeção funcional pP em camadas introduz a relação entre o OD-tema e o OI recipiente/destinatário/beneficiário licenciado no PP pela preposição transitiva *para*, como verificamos na representação a seguir:

(38) [_{NP} A Maria [_{NP} [_{VP} enviou [_{PP} uma mensagem [_{P'} Ø [_{PP} *para* o João]]]]]]]]

5. Considerações Finais

No presente artigo, vimos que em PB a realização do objeto indireto pronominal de 3ª pessoa, interpretado como recipiente/beneficiário nas estruturas ditransitivas, apresenta dois aspectos inovadores: (i) a substituição da preposição *a* por *para*; (ii) a substituição do clítico dativo *lhe(s)* pelas perífrases preposicionadas *a/para ele(a)(s)*. Como discutido ao longo do texto, não se trata de uma inovação trivial quando se pensa que no português histórico/clássico e no PE contemporâneo, em que a identificação do OI envolve, obrigatoriamente, o uso da preposição *a* na introdução dos OIs recipientes, e a pronominalização por *lhe(s)*. Em paralelo à presença da preposição *a* na introdução de locativos puros e metafóricos, assim como da preposição *para* na introdução de OIs beneficiários e locativos puros.

Após a discussão dos dados do PE e do PB, apresentamos nossa proposta que se apoia numa abordagem minimalista formal da aquisição, variação e mudança gramatical, delineada no modelo dos Três Fatores (Chomsky, 2005) e reinterpretada dentro do

Modelo de Maximizar Meios Máximos, proposto por Biberauer (2018, 2019a, 2019b), diretamente relacionado ao Fator 3. As principais manifestações do Fator 3 relevantes para a nossa discussão são a *Economia dos traços* e a *Generalização do Input*, pois assumimos que a interação do falante com o *intake* recebido durante a fase de aquisição dá origem à variação e mudança linguística.

Dessa forma, discutimos neste trabalho que a presença da preposição *para* nos dados recebidos pelos falantes do que viria a ser o PB se deu através de generalizações e uso econômico de traços formais, o que leva à utilização ao máximo de recursos mínimos. Esse fato acarretou, portanto, na expansão dos usos de *para* nos contextos em que somente o *a* é aceito em PE e era aceito no português clássico que aportou no Brasil. Dessa forma, a preposição *para* em PB passa a introduzir, além de locativos puros e beneficiários, OIs recipiente/destinatário, no lugar da preposição *a*.

Referências

- ARAÚJO, F.; CARVALHO, H. Te e Lhe como clíticos acusativos de 2ª pessoa em cartas pessoais cearenses. *Labor Histórico*, Rio de Janeiro, 1 (1): 62-80. 2015. <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i1.176>
- ARMELIN, P. *Sentenças Bitransitivas do Português Brasileiro revisitadas à luz da teoria de núcleos funcionais aplicativos*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BIBERAUER, T.; ROBERTS, I. Parameter setting. In: LEDGEWAY, A.; ROBERTS, I. (eds.), *The Cambridge handbook of historical syntax*, 134–162. Cambridge: CUP. 2017.
- BIBERAUER, T. Less IS more: Some thoughts on the Tolerance Principle in the context of the Maximise Minimal Means model. *Cambridge Occasional Papers in Linguistics* 11, 6, p.131–145. 2018.
- BIBERAUER, T. Factors 2 and 3: Towards a principled explanation. In: GALLEGÓ, A.; OTT, D. (eds.), *Catalan Journal of Linguistics* (Special issue: Generative Syntax. Questions, Crossroads, and Challenges), p.45-88. 2019a.
- BIBERAUER, T. Children always go beyond the input: The Maximise Minimal Means perspective. *Theoretical Linguistics* 45 (3-4), p. 211-224. 2019b.
- BRITO, A. M. Grammar variation in the expression of verb arguments: the case of the Portuguese Indirect Object. *Phrasis*, 49 (2), p.31–58. 2008.
- BRITO, A. M. Two base generated structures for ditransitives in European Portuguese. Simões, Barreiro, Santos, Sousa-Silva & Tagnin (Ed.) *Linguística, Informática e Tradução: Mundos que se Cruzam*, Oslo Studies in Language 7(1), 2015. 337–357.

CALINDRO, A. Introduzindo Argumentos: uma proposta para as sentenças ditransitivas do português brasileiro. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CALINDRO, A. Introducing indirect arguments – the locus of a diachronic change. *Rivista di Grammatica Generativa*. Perugia, Itália, v.38, 2016.

CALINDRO, A. Ditransitive constructions: what sets Brazilian Portuguese apart from other Romance languages? In PINEDA, A.; MATEU, J. *In Dative constructions in Romance and Beyond*. Open Generative Syntax Series, Language Science Press, 2020.

CALINDRO, A.; ALVES, M.; MARTINS, A. Colocação pronominal em português: uma proposta para um contínuo luso-afro-brasileiro. *Matraga*, v.31, p.280-302. 2024

CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht. Foris, 1981.

CHOMSKY, N. Three factors in Language Design. *Linguistic Inquiry* 36, p. 1-22. 2005.

CUERVO, C. *Datives at large*. PhD. Dissertation. MIT, 2003.

DIACONESCU, C.; RIVERO, M.L. An applicative analysis of double object constructions in Romanian. *Probus*, 19, p.171–195. 2007.

DUARTE, I. A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação e condições sobre movimento. Ph. D. Dissertation, Universidade de Lisboa, 1987.

DUARTE, I. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: Mateus et alii (2003): Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa: Caminho, 2003, p. 275-321.

FIGUEIREDO SILVA, M. A perda do marcador dativo e algumas das suas consequências”. In: CASTILHO, A.; TORRES MORAIS, M.; LOPES, R.; CYRINO, S. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro – Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes Editores, 2007, p. 85-110.

FREIRE, G. *Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana*. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2000.

GALVES, C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro” In: KATO, M.; ROBERTS, I. (Org.) *Português brasileiro — uma viagem diacrônica*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1993.

GALVES, C.; TORRES MORAIS, M; RIBEIRO, I. A. Syntax and morphology in the placement of clitics in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 4, n.2, 2005, p. 143-177.

GALVES, C. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: CASTILHO, A.; TORRES MORAIS, M. A.; LOPES, R.; CYRINO, S. (eds.), *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*, 513- 52. Campinas: Ed. Pontes, 2007, p.513-52.

GALVES, C. Mudança sintática no português brasileiro. *Cuadernos da Alfal*, n.12(2), p.17-43. 2020.

GALVES, C.; KATO, M. ; ROBERTS, I. Português Brasileiro: uma segunda viagem diacrônica. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

GOMES, C. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (eds.): *Mudança Linguística em Tempo Real*, Rio de Janeiro: FAPERJ, Contra Capa, 2003, p.81-96.

GONÇALVES, A.; RAPOSO, E. Verbo e sintagma verbal. In: RAPOSO, E. et alii. *Gramática do português*. Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. II. Cap. 28, 2013, p. 1155-1218.

KATO, M.; MARTINS, A. M.; NUNES, J. Português brasileiro e português europeu: sintaxe comparada. São Paulo: Contexto, 2023.

KROCH, A. Syntactic Change. In: Mark Baltin e Chris Collins (Ed.) *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Blackwell, 2001.

LONGOBARDI, G. 2018. Principles, Parameters, and Schemata: a radically underspecified UG. *Linguistic Analysis* 41(3-4), p. 517-558. 2018.

LOPES, C. Pronomes pessoais. In: BRANDÃO, S.; VIEIRA, S. (Org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2007, v. 1, p. 103-114.

LOPES, C. ; RUMEU, M. C. O quadro de pronomes pessoais do português: as mudanças na especificação dos traços intrínsecos. In: CASTILHO, A.; TORRES MORAIS, M. ; LOPES, R.; CYRINO, S. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro – Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes Editores, 2007, p.419-436.

MARTINS, A. M. *Clíticos na história do português*. Tese de Doutorado – Universidade de Lisboa, 1994.

MARTINS, A. M. Mudança sintáctica e História da Língua Portuguesa. In: B. F. Head, J. Teixeira, A. S. Lemos, A. L. de Barros e. Pereira, eds. *História da Língua e História da Gramática: Actas do Encontro*, Braga: Universidade do Minho /ILCH. 251-297, 2002.

MARTINS, A. M. Introdução: O português numa perspetiva diacrónica e comparativa. In: A. M. Martins e E. Carrilho, eds. *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin/Boston: De Gruyter. 3-39, 2016

MARTINS, M. A.; MOURA, K.; COSTA DA SILVA, F. Análise diatópico-diacrónica dos complementos pronominais de verbos na escrita brasileira dos séculos XIX e XX. *Working papers em linguística* (online), v. 20, n. 2, p. 195-216. 2019.

MORAES DE CASTILHO, C. M. (2001). Seria quatrocentista o português implantado no Brasil? Estruturas sintáticas duplicadas em textos portugueses do século XV. In R. V. Mattos e Silva (Org.), *Para a história do Português Brasileiro* (p. 57-89), São Paulo, SP: Humanitas / Fapesp, p. 57-89, 2001.

NEWPORT, E. Maturation constraints on language learning. *Cognitive Science* 14, p.11-28. 1990.

KEWITZ, V; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Vésperas Brasileiras: uma agenda para os estudos sintáticos do Português Brasileiro nos primeiros séculos. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 15, p. 65-90, 2011.

PYLKKÄNEN, L. *Introducing Arguments*. PhD . Dissertation. MIT, 2002.

RAMOS, J. ; DUARTE, F. Ordem de constituintes, conteúdo de traços-phi e mudança gramatical no PB. In: CASTILHO, A.; TORRES MORAIS, M. ; LOPES, R.; CYRINO, S. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro – Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes Editores, 2007, p. 111-130.

RIBEIRO, I. A mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática? In: CASTILHO, A. (org.) *Para a história do português brasileiro: primeiras idéias*, São Paulo: Humanitas, 1998, p. 101-120.

ROBERTS, I.; ROUSSEAU, A. *Syntactic change: a Minimalist Approach to Grammaticalization*. Cambridge. Cambridge University Press, 2003.

ROBERTS, I. *Diachronic Syntax*. New York. Oxford University Press, 2007.

ROBERTS, I. On the nature of syntactic parameters: a programme for research. In: GALVES, C.; CYRINO, S.; LOPES, R.; SANDALO, F.; AVELAR, J. (eds.). *Parameter Theory and Linguistic Change*, 319-334. Oxford: Oxford University Press, 2012.

TORRES MORAIS, M. A. *Dativos*. Tese de Livre Docência. São Paulo, SP. Universidade de São Paulo, 2007.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos *In*: LOBO T; RIBEIRO, I; ALMEIDA, Z. *Novos dados, novas análises*. Vol. VI. Tomo I. Salvador. EDUFBA, 2006. p 73-106.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida; BERLINCK, Rosane. ‘Eu disse pra ele’ ou ‘Disse-lhe a ele’: A expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. *In*: CASTILHO, A. *et al. Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas, Ed. Pontes, 2007.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. O objeto indireto: argumentos aplicados e preposicionado. *In*: CYRINO, S.; TORRES MORAIS, M. A. (Org.). *Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista*. 1ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 252-307.

TORRES MORAIS, M. A.; SALLES, H. Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. *Probus*, v.22, 2010.

SALES, I. *Aspectos linguísticos e sociais no uso de pronomes em cartas pessoais baianas*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SALLES, H.; TORRES MORAIS, M. A. Estrutura Argumental no Português Brasileiro: perdas e alinhamentos inovadores nos sistemas pronominal e preposicional. *Cuadernos de la Alfal*, v. 12(2), p. 467-490, 2020.

WETZELS, L.; COSTA, J.; MENUZZI, S. *The handbook of Portuguese Linguistics*. USA: Wiley-Blackwell, 2016.

WOOD, J. *Icelandic Morphosyntax and Argument Structure*. New York University, New York City, 2012.

YANG, C. A formalist perspective on language acquisition. *Linguistic Approaches to Bilingualism* 8(6). p. 665–706. 2018.

